

NOTA DE PESQUISA

ORIGENS DO PORTUGUÊS NO BRASIL: DA CRIOLIZAÇÃO AO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Nilcéia Albuquerque França¹

Pouco se tem dito a respeito dos temas línguas africanas e línguas indígenas, relacionando-as com o tema criolismo e diglossia no Brasil. Dadas as condições de polêmica atuais dessas pesquisas, alguns lingüistas vêm realizando estudos mais aprofundados sobre o assunto. É o caso de Bonvini (1999), Naro (1999), Guy (1999) e outros.

O que se pode afirmar é que a língua portuguesa, no Brasil, apresenta certas especificidades em função de razões históricas e sócio-culturais. Tendo tido contextos e condições bem diferentes daqueles encontrados em outras terras colonizadas pelos portugueses, caracteriza-se por traços peculiares, sendo necessários alguns estudos lingüísticos daquelas línguas e daqueles processos que vieram a contribuir para a sua formação.

No século XVI, o Brasil foi descoberto por uma frota portuguesa de exploração do Atlântico. Apenas nos meados desse século, começou a ocupação e a colonização do litoral, intensificando-se, na proporção em que declinava o Império Português do Oriente; e o Brasil passava a ser visto como a grande colônia de Portugal.

Ao contrário da latinização do Império Romano, a europeização da América processou-se de modo mais intenso, periódico e mais imediato, embora tenha se processado de modo diferenciado de uma região americana para outra. O que houve no Brasil foi uma incorporação profunda das etnias nativas na sociedade branca, com intensa mestiçagem, principalmente, no norte do país. Por outro lado, isso corresponderia a uma eliminação lenta e progressiva daqueles povos, com a desagregação da vida tribal e dos seus valores sociais. Os nativos,

¹ Professora Mestre DELET-UEPG.

resistindo mal ao impacto da mudança, extinguíam-se em massa; e os mestiços, culturalmente, pertenciam à sociedade branca. Assim, os grandes centros de colonização no Brasil foram: Pernambuco, a Bahia e o Rio de Janeiro. Posteriormente, o Maranhão e São Paulo. E Portugal foi gradativamente aumentando seu domínio sobre o Brasil, um verdadeiro prolongamento da nação na América; sendo que as populações nativas, em estágio cultural rudimentar, eram afugentadas, eliminadas ou escravizadas.

Linguísticamente, como era de se esperar, foi grande a influência de algumas línguas estranhas ao Português, no caso desta pesquisa, trataremos das línguas indígenas e das africanas. As línguas em contato tiveram papel relevante na nova terra descoberta, principalmente, em função do nível de adaptação de cada uma delas àqueles contextos sociais. Numa primeira instância, em função do seu uso pelos adultos, e em segunda instância, pelas crianças agora nascidas na nova terra. É relevante, inclusive, esclarecer-se que “essa história da linguagem humana em função do balbuciar do infante e suas versáteis momices, tem tanto fundamento quanto o de assentarmos nas onomatopéias, exclusivamente, as bases, não só da linguagem e de seus produtos, como de todo o prodigioso edifício das criações estéticas, no que elas têm de peculiar ou acientífico (Michaele:126).

Os primeiros povos, habitantes da terra brasileira eram os Tupis, vindos do sul do continente em grandes movimentos migratórios. Algumas nações Jês foram empurradas para o interior e só contactaram com os portugueses em fins do século XVII, quando do início da exploração do ouro e das pedras preciosas. Outras nações, como a dos Aruak e a dos Karib, principalmente, na Amazônia, ou outras menores (lingüísticamente isoladas-Pano, Maku, Tukano, Katukina, Gaikuru, etc-), só muito mais tarde tiveram contato com os portugueses.

Assim sendo, os portugueses subjugaram e aculturaram, em sua maior parte, os Tupi da costa, passando estes a seus guias e aliados na marcha de penetração da terra, fazendo surgir a denominação Tapuia aos outros povos que não pertenciam ao grupo Tupi, em cuja língua significa “inimigo”.

As nações indígenas do litoral formavam um grupo bem homogêneo, cultural e linguísticamente, influenciando, inclusive, o branco em sua língua, passando a usar um dialeto veicular, o “tupinambá” ou língua geral, hoje “nhengatu”, em função das necessidades urgentes de comunicação, de um dos grupos mais importantes e mais próximos dos portugueses. Os missionários jesuítas o estudaram, descreveram-no e o

ensinaram, para que pudessem catequisar. E passou a ser uma língua importantíssima para todo e qualquer contato com as nações primitivas ali presentes, visto que aqueles povos aprendiam-no muito mais que o português. E o Tupi passa a ser a língua geral, ao lado do português, no cotidiano da colônia, até com produções literárias nesse idioma - traduções de orações cristãs e composições de hinos religiosos e peças teatrais compostos pelos padres jesuítas, no estilo dos velhos autos da literatura espanhola.

Deste modo, operando como língua de intercurso, o Tupi funcionou como adstrato na nova colônia, conforme Camara (p. 28): "...eram duas línguas que coexistiam simultaneamente no mesmo território." Já o português operou como superestrato sobre o Tupi. Muitas vogais Tupis passaram a assemelhar-se ao português. É o caso do /i'/ gutural, que passa a palatal; ou ainda, o desaparecimento das consoantes pré-nasalisadas do Tupi /^m b/, /ⁿ d/, etc, passando a oral e nasalizando a vogal precedente, como em imbu, "uma árvore típica", tamanduá "um animal típico". A líquida Tupi tornou-se um /r/ português, em oposição distintiva com /l/. Os valores semânticos também mudaram muitas vezes de acordo com os valores semânticos portugueses, por exemplo, em tupã, "trovão", feito nome para "Deus", e ainda nas formas verbais, recebendo as noções de tempo futuro, de modo subjuntivo e outros.

Primeiramente, é necessário destacarmos duas implicações das Línguas africanas em relação ao Brasil. Uma histórica e outras teóricas. As primeiras, tendo em vista a presença histórica das línguas africanas no Brasil, e as segundas, as especificidades da Língua Portuguesa no Brasil.

Os estudos sistemáticos das línguas africanas iniciaram-se a partir do séc. XV, sendo interrompidos após o séc. XVIII, em função da política do Marquês de Pombal no Brasil. A partir da descoberta do sânscrito (séc. XIX), porém, os estudos sobre as línguas africanas sofreram nova retomada, principalmente na França e na Inglaterra. Após a década de 70, novos países iniciam seus estudos sobre as línguas africanas: EUA, Japão, Finlândia, Alemanha e África do Sul. Esses estudos, comparativos, visavam a descobrir linguagens artificiais, levando em conta o triângulo linguagem humana, linguagem da máquina e cérebro humano, e assim descobrir o funcionamento deste último.

A partir do século XVII, a vinda daquelas populações tornou-se cada vez mais crescente, tendo em vista o tráfico de negros africanos, como escravos para o Brasil, espalhando-se pelos grandes latifúndios e pelos centros urbanos, trazendo contribuição significativa na formação do Brasil. Michaele (p. 12) cita mais de um traço ou complexo cultural afro-

negro, de fundo quase milenar (mais exatamente, afro-sudanesa) na formação da colônia.

O cabedal de línguas africanas trazido para o Brasil, a partir do século IX compreendia aproximadamente 200 a 300 línguas, em sua maioria, vindas da África Ocidental, caracterizando-se por tipologias diferentes umas das outras, o que nos proporcionava novas aquisições etno-sócio-políticas e lingüísticas, em especial em alguns estados, como na Bahia.

As mais variadas nações negras, em sua maioria, da África Ocidental, (do grupo Bântu ou do não-Bântu, especialmente, os Yoruba), e tipologicamente diferentes (“fragmentation belt”), eram aportadas no Brasil. Assim, para adaptar-se facilmente à sociedade branca, assim como às novas línguas com as quais se depararam, logo criaram uma língua veicular, integrando-se rapidamente às suas principais atividades; o que propiciou, segundo alguns lingüistas, o desenvolvimento de um português crioulo, que uniu entre si os negros das mais diversas proveniências.

O estatuto negro foi a principal fonte de produção e criação de riquezas, assim como um influxo espiritual também ponderável, deixando um legado rico em crenças, costumes, hábitos e festividades brasileiras.

Lingüisticamente, parece ser o terceiro dos povos aqui imigrados nos primeiros séculos de colonização, depois dos indígenas e dos portugueses. Objeto de um tráfico de investimentos moderados e lucros espantosos, supriu a necessidade da mão-de-obra para as lavouras de exportação e de consumo interno, para os trabalhos domésticos, as atividades mestreiras e serviços urbanos. Já em 1549, a vinda de negros de São Tomé e da Guiné era facilitada através de um alvará, estimulando a cultura e a economia canavieiras, sendo que cada engenho podia importar até 120 peças.

Muitos desses negros já estavam habituados ao contato com a língua portuguesa, pois se comunicavam na língua franca da costa ocidental africana de base portuguesa. Essa imigração negra tem sido foco de polêmica no que se refere a estimativas. Calcula-se que em meados do século XX, a África acusava um déficit populacional em 800 milhões de seres humanos. Rocha Pombo calculou em 15 milhões de negros vindos para o Brasil; Roberto Simonsen, 3,3 milhões, mas crê-se também que devia chegar a 3,8 milhões, comparativamente aos 800 mil levados à América do Norte. Segundo o jesuíta Anchieta, em 1580, 14 mil seriam escravos negros dentro de uma população de 57 mil habitantes, e em 1800, 1,5 milhões, numa população de 3 milhões, ou seja: 30% em 1600; 40% em 1700, 50% em 1800 e 33 % em 1850.

O total de línguas provenientes da África representa um total nunca inferior a 20% das línguas da África, aproximadamente de 300 a 400 línguas, segundo Houaiss (p. 109), com falantes por todo o território brasileiro. É o caso, por exemplo, do nagô (iorubá), chegando a ter contingentes bem numerosos na Bahia—no recôncavo, em Salvador—que, segundo aquele autor, “podiam ter mantido intercâmbio local de várias línguas dessa procedência: entretanto, sabe-se que os escravos, salvo nos fins do tráfico negreiro, foram separados por línguas.”

Embora fossem em grande número, a população negra sofria graves conseqüências de uma política etnocida e glotocida adotada pelos países colonizadores, já a partir de sua saída, nos portos e postos negreiros, da própria África. Aportando aqui, eram dispersados de várias formas, chegando a formarem grupos bem diversificados, como os quilombolas (negros e índios), e falando uma língua geral. Somente a partir de meados do século XIX, é que surgem falantes de uma só língua africana.

Bonvini (1999), tendo tratado sobre o vocabulário africano no Brasil, afirma que parece não haver influência (no sentido estrito da palavra) das línguas africanas no Português do Brasil, mas sim uma capacidade de a língua Portuguesa adaptar-se às línguas africanas, e de incorporar novas palavras em seu léxico. É importante ressaltar que esse vocabulário compõe grande parte da toponímia brasileira, sendo inicialmente nomes comuns, passando posteriormente a nomes próprios, conforme se verá mais adiante.

Conforme Houaiss (p. 96), a população portuguesa, em sua maioria, (a brasileira) até fins do séc. XVIII era não letrada, ileterada, analfabeta, e falava o português vernáculo—isto é, o que haviam aprendido em casa—já marcado pela interferência do ambiente linguageiro misto. Assim, num primeiro momento, surgem os “pidgins”, e após, o crioulo, já que as novas crianças aqui nascidas passam a aprender e a assimilar uma nova versão da língua de seus antepassados, deixando profundos traços, principalmente, nas estruturas fonológica e sintática do Português.

Segundo Guy (1999), o Português sofreu contato de línguas já desde o início da colonização. Assim, é necessário fazer-se um balanço dos aspectos psicológicos da questão, isto é, a gramática mental que interferiu nas mudanças da língua, já que o fato de serem bilíngües trazia vantagens cognitivas às populações aqui fixadas, sendo que a variável social influenciou mais do que as variáveis lingüísticas em algumas comunidades. Para ele, “Code switching” pode ter aspectos de persuasão

ou de interação na comunicação, podendo atuar com o objetivo de aproximar, de persuadir ou de distanciar.

No caso das línguas africanas no Brasil, tivemos empréstimos por exemplo, do quimbundo: caçula, camundongo, tanga, em que foram empregadas regras fonológicas da língua em que se estava incorporando. Nesse caso, houve um consenso social para essas transformações lingüísticas no contexto ocorrerem, já que cada comunidade constrói suas próprias regras de mudança de código.

Donald Pierson parece ter coligido aproximadamente 300 palavras de origem africana comumente usadas na Bahia, aliadas a nomes de lugares que aparecem documentados nos mapas (apud Mendonça, p. 108), arrolando um vocabulário, conforme seguem alguns exemplos:

acará: s.m.: bolos de feijão cozido, feitos em azeite de dendê com pimenta malagueta. Etimologia: termo do iorubá, em daomeu acará, pão e em flute, acrá. Área geográfica: Bahia e Rio de Janeiro.

acarajé: s.m.: o mesmo que acará. Etimologia: do iorubá *acará*, bolo mais jeti, comida. Área geográfica: Bahia e Rio de Janeiro. Dela temos o exemplo: "E os guisados, os caruarus, acarajés, o arroz de Haussá, africanamente condimentados." (M.M.F., *Festas e tradições*, p. 338)

agogô: s.m.: instrumento de dupla campânula. Etimologia: afirma o autor que este termo vem do iorubá: *agogô*, sino (D'Avezac). Área geográfica: Bahia e Rio de Janeiro: "...nos atabaques de tanoaria, agitavam ganzás e agogôs de dupla campânula." (Pedro Calmon, *malês*, p. 28)

angu: s.m.: massa feita de fubá de milho ou mandioca. Etimologia: termo africano. Área geográfica: termo geral do Brasil.

Aquilomba: verbo intransitivo: reunir-se em quilombos. Etimologia: derivado de quilombo.

atabaque: s.m. tambor oriental. Etimologia: do persa *tabla*, diminutivo de *tabal*, com o prostático que Dalgado julga ser o antigo árabe. Apresenta as variantes: *tabaque* e *tambaque*. O autor acredita ter sido introduzido no Brasil pelos escravos africanos, pois o utilizavam muito em seus batuques.

babá: s.m.: pai de santo. Etimologia: do iorubá *babá*, conforme afirma D'Avezac. É improvável que o termo familiar comum no Brasil, babá ou ama-seca, se ligue à mesma filiação. Área geográfica: Brasil e Rio de Janeiro. Um exemplo é o que se segue numa quadra popular da Bahia:

“o ai babá
 ui gelê
 Negro nagô
 Virou saruê.”

Ainda nesse campo de conhecimento, Artur Ramos (1935) reconhece nos contos de *kimbungo* ou *quimbundo* um ciclo de transformação e transcreve o material colhido por Neria M. e Silva Campos. O autor, através da psicanálise, interpreta-os, seguindo a mesma linha de Rauk, Liberbe Lorenz e Reiz. Surge toda a simbologia de base sexual, desfile de “phallus” de complexos de castração de mães-fálicos, de motivos de dismame e de circuncisão ...” Outros exemplos de africanismos, como os termos do vocabulário usual- *cochilar*: português europeu, dormir, *quitanda*, casa de verduras”, *moleque* português europeu, gaiato”, *quingombô*, “um legume usual na cozinha brasileira”, etc. , *batuque*, “coro e música africana radicados na cultura brasileira”, segundo Mendonça (1940), contrariando Ramos, que diz vir de bater, afirma ser ele do landim *batchuque*, *tambaile* por extensão do sentido.

Camara Jr. parece optar por um português crioulo e não por um bilingüísmo, quando se trata de africanismos no Brasil, embora outros lingüistas prefiram dizer que o africano foi uma língua veicular na colônia, até chamado de “língua de mina”, conforme BONVINI (1999) em sua exposição durante curso na ABRALIN-99. Entretanto, a partir da intensificação da imigração portuguesa e sua conseqüente influência, notou-se, desde os meados do século XVII, um arrefecimento do bilingüísmo até o seu desaparecimento na colônia.

As diferenças entre a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal se devem, segundo, Camara Jr. ao fato de pertencerem as duas a dois territórios nacionais distintos e separados, e não a um suposto substrato tupi ou a uma suposta profunda influência africana, como sói verificar-se em alguns estudos de outros lingüistas.

A partir do período clássico, com a fixação do português no Brasil, cada país teve a sua evolução lingüística de modo diferenciado, embora tivessem estreitas relações de vida social e cultura. É o caso, por exemplo, da fonologia: em Portugal, nota-se uma insistência no acento tônico e ainda um ritmo *allegro*, o que não ocorreu no português do Brasil, já que, ao chegar aqui, experimentou diversificados contatos com inúmeras línguas de outros povos.

Contudo, no léxico vão se verificar as maiores influências dos termos tupi e africanos, enriquecendo sobremaneira a língua portuguesa,

sendo que ainda influenciou também o português nas estruturas fonológica e gramatical. Ao lado daquelas influências, verificou-se a manutenção de traços portugueses arcaicos em algumas áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial. Assim, a extensa superfície territorial e “as modalidades de uma exploração intermitente e caprichosa já propiciavam, aliás, por si sós, uma complexa dialeção , que ainda está por se estudar cabalmente (Camara Jr, p. 31).

Conforme Neiva (1940), pouco se sabe sobre a linguagem ou as estruturas sintáticas do português colonial no Brasil. Em seu prólogo, cita Cândido de Figueiredo, comentando uma citação sua no *Jornal do Comércio* (1908), que a população brasileira falava um português africanizado, justificando com algumas expressões de muitas adoráveis sinhás:

“Hoje não qué o jantá, sinhô papai; não mi faz bem o comê.”

Cita, ainda, uma referência à colocação dos pronomes: “Mas não me é inteiramente estranha a gramática das línguas africanas, e vou encontrá-la, refletindo-se vagamente na linguagem da roça.” E ainda: “: Em São Tomé, por exemplo, o português, que ali resida algumas semanas ou meses, acaba por fazer sintaxe negra, e não tem escrúpulos em dizer como se ouve em São Tomé e no Brasil.”

Os nomes geográficos da África eram representados segundo um sistema convencional de transcrição desses caracteres, conforme a pronúncia, sendo na fonética e na fonologia sua maior influência.

O presente tema é pouco conhecido, pois durante muito tempo a leitura dos clássicos dominou por muito tempo a cultura nacional, e muitos que empregavam a linguagem popular eram ridicularizados, pois a linguagem não era perfeita principalmente no caso da colocação dos pronomes.

Gradativamente, as expressões - clássicas foram sendo aceitas, e alguns autores de valor incorporaram aos seus livros a linguagem da nossa gente. E como os portugueses insistiam em colocar somente os lusitanos em seus léxicos, os brasileiros começaram a criar glossários junto aos seus livros.

Os africanos entraram no Brasil aos milhões durante três séculos e meio e deixaram marcas indeléveis em nossa língua, não só no vocabulário, como também na construção. Por exemplo, temos a expressão do nordeste bahiano, “meu rimão” (=meu irmão), em que se

nota nítida influência africana; outra expressão “fazer sala” é uma alteração do vocábulo árabe “salah” (=oração), usada pelos negros malês da Bahia.

Segundo Neiva (op.cit), as influências africanas e as indígenas são freqüentemente notórias no falar brasileiro. As primeiras destacam-se mais nas várias dezenas de formas verbais e no vocabulário. Muitas vezes, estas duas influências hibridam-se, como em “anhangáquiabo”, palavra citada por Gabriel Soares de Souza, em 1587 - o primeiro africanismo (estropiando a terminação *kibaba*, *pente*, pela intercorrência do n africano “quiabo”, planta originária do continente negro, não figurando entre os vegetais introduzidos na Bahia, relacionados pelo cronista português, mas que devia existir ali, já que o autor se refere a ele.

Em 1587, Salvador continha 4 mil africanos, 6 mil índios e apenas 2 mil portugueses. Totalizando aproximadamente 20 mil pessoas na região, os outros 10 mil eram escravos índios e negros, analfabetos, e o número de portugueses alfabetizados era ínfimo.

Jacques Raimundo (apud Ali, p. 40), cita como sinônimo de “gêmeo-” *cabaça*”; na Bahia o termo corrente é “*mabaça*”. Dante de Laytano (apud Ali, p. 40) cita Marumbondo (topônimo rigrandense), já presente no tempo de Gregório de Matos (em 1680, grafava “*marimbondo*” e “*marimbonda*”).

Arthur de Oliveira Rodrigues (apud Neiva, p. 65) afirma que “O português sofreu longamente com a influência das línguas americanas e africanas dos negros escravos e dos índios selvagens, que lhe enriqueceram o léxico, lhe abrandaram a prosódia e lhe alteraram a mesma estrutura das frases.

Nomes de Zoologia e de Botânica, em que o número de nomes vulgares de plantas e de animais é verdadeiramente extraordinário, tiveram também influência relevante no Português do Brasil. Assim, o Prof. Campos Porto, ex-diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, decidiu inventariar a sinonímia vulgar de nossa flora, com a respectiva identificação de acordo com as modificações da nomenclatura científica.

Tem-se que a riqueza vocabular aí presente demonstra, não só o maior número de espécies conhecido cientificamente, como também aquelas mais conhecidas popularmente detenham variados nomes, consoante a região do país. Muitas denominações são providas de alterações de palavras de origem indígena, através da fala dos portugueses, dos africanos, dos brasileiros, etc. Como exemplo, temos o nome de uma palmeira (classificada cientificamente em duas espécies: “*Cocos coronata* e *Cocos Schizophylla*, Martius). Este nome encontra-se

distribuído em larga extensão geográfica. Em algumas zonas, o nome vulgar é uma alteração do primitivo nome indígena - *urucury* (Gabriel Soares, p.179), passando a *urucuri e ouricuri*; em outras, *alicuri*, por influência africana, já que o indígena não possuía o l. Essa intercalação do l em vocábulos indígenas é bastante comum no Brasil. O outro exemplo é o nome de um grupo de peixes de água doce, chamado no indígena de *arambary*. Este nome foi alterado para *Alambary*, cuja aférese do A resultou em *Lambary*, nome vulgaríssimo em todo o Brasil, empregado agora também para o nome de várias localidades.

Daí, surgiram várias corruptelas: *aricuí e aricuri, alicuri, licuri, nicuri, adicuri, dicuri*, sendo empregadas, às vezes, várias designações numa mesma região (em diversas regiões da Bahia). Outras variantes - *adicuri e dicuri* - também foram usadas em Sergipe. Outro vegetal trazido da África e muito empregado na culinária é *dendêseiro*, citado por Jacquin, como gênero e espécie novos (1763), com o nome de *Elaeis guineensis*. A palmeira e suas variedades, e ainda os produtos e subprodutos dela retirados e as várias fases da primitiva indústria do preparo do azeite de dendê receberam nomes como: “*aguchó, azeite de cheiro, azeite de dendê, bambá, bagunço, batedeira, cafuné, casa do dendê, catêê, chôchô, coco de dendê, cortador, dendê caboclo, dendê das almas, dendesal, dendêseiro, dendeseiros, dendê do Pará (Raimundo, 1933), dendeseiro do Pará, dendê mirim, dendê papagaio, dendê periquito, dendê sombra, dendê verdadeiro, dormir, flor de dendê, lama, óleo de dendê, óleo de palmeira, pé, pisador, tetê*”.

Muitos desses temas têm sido vistos em várias obras como em A. Azevedo (15/07/1938); na revista O Campo, sob o título “Da cultura do dendezeiro”. Em Jacques Raimundo (1933, n’ O Elucidário Afro-Negro na língua portuguesa”), temos: *dendezals, dendezeiro, dendê de papagaio, vinho de dendê e dendé*. No dicionário de Almeida Pinto (1873), temos *Azeite de palma*.

Conforme o exposto, podemos afirmar que o Português do Brasil é fruto inicial de diversificada criolização de povos indígenas e de africanos. Trata-se, portanto, de um idioma distinto do europeu, não só pelo fato de trazer para a nova terra falares diferenciados, mas também em função de um complexo de contextos sócio-lingüísticos bastante diverso daqueles de sua origem, cujo substrato possibilitou-nos a aquisição de um povo mestiço, de língua também peculiar.

Outrossim, pouco se sabe ainda a respeito do tema criolismo e línguas em contato no que tange ao Brasil; e um grande caminho ainda se tem a percorrer, o que poderá nos levar a uma apreciação mais objetiva

daquelas populações que vieram a enriquecer a formação do povo brasileiro assim como do Português do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. SAID (1957). **Dificuldades da língua portuguesa**, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

CAMARA Jr., J. Matoso (1976). **História e Estrutura da Língua Padrão**. 2 ed. Rio de Janeiro. 256 p.

HOUAISS, Antônio (1922). **O Português no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan. 167 p.

MICHAELLE, Faris A (1968). **Arabismos entre os africanos na Bahia**. Curitiba: Centro de Letras do Paraná.

NEIVA, Arthur (1940). **Estudos da Língua Nacional**. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 370 p. 5ª s.

PINTO, Edith Pimentel (1986). **A língua escrita no Brasil**. São Paulo: Ática. 808 p.